

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALINE CARVALHO DOS SANTOS

CARLA BEATRIZ PINTO DE ALMEIDA

SANDRA CAROLINA SOUZA PIRES CESARIO ARANTES

**TERCEIRO SETOR SOB O ASPECTO ECONÔMICO E SÓCIO AMBI-
ENTAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO AÇÃO VERDE - MT**

NOVEMBRO
2016

ALINE CARVALHO DOS SANTOS
CARLA BEATRIZ PINTO DE ALMEIDA
SANDRA CAROLINA SOUZA PIRES CESARIO ARANTES

**TERCEIRO SETOR SOB O ASPECTO ECONÔMICO E SÓCIO AMBI-
ENTAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO AÇÃO VERDE - MT**

Atividade apresentada como exigência para obtenção de nota para conclusão do curso Ciências Contábil, ministrado pelo Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG sob orientação do professor Me.Mauricio Gomes dos Santos.

**NOVEMBRO
2016**

TERCEIRO SETOR SOB O ASPECTO ECONÔMICO E SÓCIO AMBI- ENTAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO AÇÃO VERDE - MT

Aline Carvalho dos Santos ¹
Carla Beatriz Pinto de Almeida ²
Sandra Carolina Souza Pires Cesário Arantes³

RESUMO

Este presente artigo tem como finalidade apresentar uma abordagem voltada para sócio ambiental através de uma entidade terceiro setor, analisar a diferença da contabilização do terceiro setor e segundo setor, no aspecto econômico, ambiental e social. Descreve também que a instituto Ação Verde faz um trabalho de grande relevância para a sociedade e o meio ambiente. Além dos conteúdos apontados no artigo, com base no projeto Verde Rio, e sua relevância social e ambiental. A metodologia adotada na realização da pesquisa foram descritiva o levantamento de dados e fontes bibliográficas. Os instrumentos de coleta de dados foram utilizados entrevistas, site da empresa objeto de estudo.

Palavras Chaves: Terceiro Setor, Sem Fins Lucrativos, Sócio Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Nos períodos pós-guerra o Estado se viu incapaz de atender as demandas sociais, adotando assim o chamado “Estado Social”.

Conforme ZYMLER (2010, p. 26) Vê-se então, que o ponto marcante do Estado Social é a garantia de direitos subjetivos dos particulares, oponíveis contra o Estado.

Esse Estado Social foi adotado pela nossa Constituição Federal de 1998, nele descreve todos os direitos sociais de um cidadão comum necessita para sua sobrevivência, é dever dele assegurar todos esses. Com todos esses deveres e a grande demanda, viu-se a necessidade de privatizar alguns serviços, ficando ele somente com o controle, a regulamentação dos subsistemas tantos sociais como econômicos, surgindo assim o Direito Administrativo.

Nesse contexto, o problema de pesquisa questiona: De que forma uma entidade do terceiro setor a do estudo de caso, obtém e aplica os seus recursos para desenvolver determinado projeto ambiental?

Conforme o problema em questão tem-se como hipótese, se a forma de obtenção de recursos, advindo de entidades públicas e privadas, interferem no impacto nos projetos desenvolvidos por uma entidade do terceiro setor.

Partindo desta premissa tem como objetivo geral, demonstrar a forma de financiamento de uma entidade do terceiro setor (Instituto Ação) e aplicação desses recursos através de projetos ambientais.

Objetivo específico demonstrar a importância dos trabalhos prestados pelo Instituto Ação Verde (OSCIP) para sociedade, meio ambiente e a economia; analisar as diferenças de incentivos fiscais que detém empresas comerciais e entidades sem finalidade lucrativa e analisar um projeto ambiental desenvolvido pelo Instituto Ação Verde.

A justificativa demonstrar qual a contribuição de uma entidade do terceiro setor junto à sociedade, através da análise dos impactos econômicos e ambientais do Projeto Verde Rio. Evidenciando se o mesmo contribui para o fortalecimento do processo ambiental e a sua consolidação, enquanto política do Estado.

No Referencial Teórico foram elucidados os três tipos de entidades setoriais que englobam a nossa sociedade, mostrando a grande relevância que um dos setores tem com o social, apresentar as características da entidade do terceiro setor e as diferenças de registro contábil de uma empresa comercial e uma entidade do terceiro setor.

Na metodologia será realizado com método descritivo, também com base no relato do Analista Ambiental no dia 20 de Outubro de 2016, prestador de serviço junto ao instituto estudo de caso através de questionamentos voltados ao projeto Verde Rio, utilizando abordagem procedimental através pesquisas bibliográficas, site, documentos pessoal fornecidos pelo Instituto Ação Verde, onde foram estruturadas as melhorias executadas através de um dos seus projetos (Verde Rio) para com o meio ambiente. Na elaboração deste trabalho foi abordado sobre o tema: Terceiro Setor sob o Aspecto Econômico e Sócio Ambiental: estudo de caso da Instituição Ação Verde-MT.

Na coleta de dados utilizamos a observação participante através do sistema via satélite cedido pelo Instituto Ação Verde, elaboração de tabelas e quadros para embasar o trabalho.

Na sequência apresentaremos as Considerações Finais e Sugestões para Artigos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Primeiro Setor

São pessoas jurídicas, de direito público escolhidas em lei, para atuarem na administração dos recursos públicos, na ordem e segurança pública, atuando direta ou indiretamente no crescimento da sociedade e o dever de garanti-lo Constitucionalmente.

"São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; as demais entidades de caráter público criadas por lei."(CÓDIGO CIVIL, Capítulo I, art. 41)

Eles serão incumbidos a prestar serviços públicos, sendo de forma direta ou indireta e sem fins lucrativos como; saúde, educação, cultura, segurança, moradia, etc. Essa é umas das obrigações do Estadocom a grande demanda populacional esse serviço acaba não sendo prestado com eficiência. Fazendo com que ele acaba passando essas obrigações para algumas entidades filantrópicas.

“Outro fator complicador é a magnitude das responsabilidades do Estado, englobando as funções de proteção da soberania nacional, elaboração, execução e fiscalização das normas legais, gestão de organizações estatais, regulamentação dos setores estratégicos da economia e equalização das divergências sociais.”(CAMARGO et al., 2002, p.24)

Tantas responsabilidades que o Estado se torna inapto a conciliar todas essas atividades, por isso que entra a necessidade de se ter outro agente que o ajude nessas responsabilidades (terceiro setor), para que o serviço a ser prestada a sociedade seja de fato feito com eficiência e eficácia.

2.2 Segundo Setor

São pessoas jurídicas, de direito privado, com finalidade lucrativa, tendo várias formas, criadas para atuar no crescimento econômico da sociedade.

“São pessoas jurídicas de direito privado (segundo setor): as associações; as sociedades; as fundações; organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.” (CÓDIGO CÍVIL, Capítulo I, art. 44)

O segundo setor é formado pelas classes empresárias, que atuam com atividades econômicas, com fins lucrativos e de direito privado podendo ser pessoa física ou jurídica. Essas entidades privadas que movem a nossa economia, que pagam os seus tributos ao primeiro setor ficando ele responsável para aplicação.

"Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais.Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a so-

cidade por ações; e, simples, a cooperativa."(CÓDIGO CIVIL, Capítulo Único, art.982)

Essas sociedades são divididas conforme o Código Civil em: Sociedade em Comum, Sociedade em conta de Participação, Sociedade Simples, Sociedade em nome Coletivo, Sociedade em Comandita Simples, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima, Sociedade em Comandita por Ações, Sociedade Cooperativa.

Todas essas sociedades pagam de forma compulsória os tributos ao Estado, para que o valor arrecadado seja usado para bem público que ele volte para a sociedade como prestação de serviço, sem a pretensão de algum ganho financeiro.

No Brasil as Pessoas Jurídicas de direito privado com a finalidade de obter lucros, por opção ou por determinação legal são tributadas por uma das seguintes formas:

- a) Simples Nacional;
- b) Lucro Presumido;
- c) Lucro Real,
- d) Lucro Arbitrado;

2.2.1 Lucro Real

Como regra geral, integram como base de cálculo para apuração dos impostos, todos os ganhos e rendimentos de capital, qualquer que seja a denominação que lhes seja dada, seja qual for à natureza, espécie ou da existência de título ou contratos escritos, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto.

“É à base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuadas sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais. A apuração do lucro real é feita na parte A do livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, de acordo com as determinações contidas na Instrução Normativa SRF N. 28/1978, e demais atos legais e infralegais posteriores.” (CREPALDI,2014, p. 325).

A tributação de Lucro Real é definida após o primeiro pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Havendo a opção pelo regime de tributação errado, não poderá alterá-lo no mês seguinte, devendo somente no termino do ano vigente fazer essa alteração.

2.2.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação que incide sobre as receitas, sendo irrelevantes os registros de determinada despesa para fim de apuração. Será aderido a esse regime através do primeiro recolhimento do Imposto de Renda, uma vez recolhido a empresa terá que utilizar-se até o final do ano.

“O Lucro Presumido é um forma de tributação que utilizada apenas as receitas da empresa para apuração do resultado tributável de IR e CSLL. Com isso, estes tributos são calculados por um resultado estimado, encontrado através de percentuais definidos em lei.”(Pêgas, 2011, p.439)

Presume-se, o lucro que a empresa poderá ter, e não sendo feito calculo sobre o lucro real da empresa que de fato ocorreu. Esse tipo de tributação tem as suas vantagens e desvantagens. Uma de suas vantagens é que se a empresa lucrar mais do que o valor do percentual presumido pagará menos imposto; e na desvantagem é o inverso, se a empresa lucrar abaixo do percentual estabelecido, terá uma perda, que essa significativa seria interessante que se fizesse um planejamento tributário futuro e qual seria a melhor opção.

2.2.3 Lucro Arbitrado

É uma forma de tributação que pode ser usado pela pessoa jurídica, ou pelo Fisco, quando ocorre a falta contabilização dos extratos bancários, não cumprimento das obrigações fiscais ou a omissão das receitas recebidas. O Decreto 3.000/99 descreve quais motivos levam a essa pessoa jurídica usar-se do lucro arbitrado.

“O contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou o Livro Caixa, na hipótese do parágrafo único do art. 527;o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido; o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separada-

mente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior; o contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário.” (DECRETO nº 3.000/99, Capítulo I, art. 530)

Ocorrendo as Hipóteses previstas acima, o Fisco pode fazer o arbitramento sobre o lucro, ou a empresa jurídica aderir, quando assumem que sua contabilidade não está sendo registrada de forma correta, não sendo comum esse tipo de apuração, porém está previsto em lei.

2.2.4 Simples Nacional

Esse tipo de tributação se faz uma compactação de 08 (oito) tipos de impostos em uma única guia de recolhimento, ficando de forma simples e fácil. Para fazer essa opção a esse regime, a empresa têm que estar enquadrada em algumas condições, e respeitar os convênios entre os Municípios e os Estados juntamente com Governo Federal.

“As empresas que se enquadrarem no regime simplificado recolhem oito impostos das três esferas (federal, estadual e municipal) de uma única vez, através do documento de arrecadação do Simples Nacional (DAS) uma vez por mês.”(REZENDE et al., 2010, p.174).

Essa é uma das várias condições que as empresas terão que se enquadrar para ter direito a optar pelo regime de tributação Simples Nacional, tais como: ter um porte pequeno, não podendo ter participações de sociedades por ações, estando envolvido também com a relação da atividade que ela exerça.

2.3 Terceiro Setor

São entidades formadas por Organizações não Governamentais (ONGs), Organização Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) as Associações e Fundações.

“O terceiro setor surgiu no século XIX nos países centrais, principalmente na Europa, como alternativa ao capitalismo, como raízes ideológicas heterogêneas, do socialismo ao liberalismo [...]”(VIOLIN, 2015, p.116)

Mais tomou força esse movimento somente na década de 70 e 80, quando o Estado assumiu que não tinha condições de atender e prestar serviço com eficiência e eficácia à sociedade, devido à grande demanda, passou para outras entidades sem fins lucrativos essa delegação para atuarem lado a lado com ele.

“No Brasil, a utilização do “terceiro setor” como prestador de serviços antes executados diretamente pelo Estado ocorreu somente na década de 90, com os Governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, principalmente a partir da edição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995.” (VIO-LIN, 2015, p.117).

Essa Reforma coloca uma desobrigação do Estado de certas responsabilidades, exemplo; é a saúde, a educação, a cultura entre outras ações sociais, deixando-as na mão da iniciativa privada mais essa visão ela vai ter uma análise diferente dessa situação, colocando como se fosse privatização de bens públicos e ponto de risco de perda de direitos constitucionais históricos.

“O terceiro setor é constituído por entidade de interesse social, com finalidade econômica, podendo prospectar superávit sem, no entanto, objetivar lucros. O primeiro setor é constituído pelos órgãos estatais e o segundo, pelas empresas privadas.”(SILVA,2008, p. 23),

O terceiro setor também representado por entidades privada, porem sem nenhum intuito lucrativo, não há finalidade lucrativa que oriente a criação e desenvolvimento dessas atividades, que são chamadas entidades do terceiro setor, que seu objetivo é prestar um serviço social para a sociedade de boa qualidade, essas entidades em termos de forma de organizações jurídicas que são as associações sem fins lucrativos econômicos e as fundações de direito privado, as instituições ambas com forma de atividades de interesse público. São atividades realizadas de solidariedade, fazer bem ao próximo, sem interesse e que gera benefícios a toda a sociedade.

2.3.1 Serviços Sociais Autônomos (SSA)

São pessoas jurídicas de interesse público, sem fins lucrativos instituídas por lei, tendo sua personalidade de Direito Privado, criadas para subsidiar algumas categorias sociais e atuando no ensino profissional, sendo mantidas por contribuições para fiscais.

“São entidades com personalidade jurídica de direito privado, numa atividade de fomento do Estado, uma “atividade privada de interesse público que o Estado resolveu incentivar e subvencionar”, mas sujeitas à licitação.” (VIOLIN, 2015, p.188)

Ou seja, essa entidade ela não é administrada da forma direta ou indiretamente pelo Estado, todavia terão que obedecer às leis de licitações, Lei 8.666/93 não de uma forma geral, mas de forma simplificada. Elas são incentivadas a atuarem como prestadoras de serviços sociais da forma autônomas, recebendo subsidio da União, as chamadas contribuições para fiscais.

“Os Decretos-leis nºs 9.403, de 25-6-46, e 9.853, de 13-9-46, que atribuíram, respectivamente, à Confederação Nacional da Indústria e à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criarem, organizarem e dirigirem o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). Paralelamente, pelos mesmos decretos-leis, o poder público garantiu a manutenção da entidades por meio de contribuições para fiscais recolhidas pelos empregadores.” (PIETRO, 2012, p.548).

É o famoso Sistema “S” que são entidades privadas, sem fins lucrativos, de caráter social que contribuem para fomentar a prestação de serviço voltado para a educação, lazer, cursos profissionalizantes e seus serviços são de grande importância para a sociedade, principalmente para os menos favorecidos, fazendo com que a desigualdade social diminua e que todos os cidadãos tenham direito a todos esses serviços sociais previstos pela legislação.

2.3.2 Organização Social (OS)

Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que recebe uma qualificação jurídica através de um contrato de gestão, que visa desempenhar serviço público, podendo ser cancelado pelo poder público caso não seja cumprido o acordo firmado.

“Em regra, as organizações sociais são constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por iniciativa voluntária de particulares e estruturadas em parceria com o poder Público.” (SILVA, 2008, p.73)

Como podemos observar os OS recebe do estado à incumbência de por em pratica um serviço não exclusivo do estado. Devido à grande demanda na década de 90 em razão da reforma administrativa e globalização a ideia da

administração foi criar novos sistema de governança que pudesse ser parceiro do estado, foi criada as organização social.

Para as OS terem direito ela precisa se constituir uma pessoa jurídica nos moldes da legislação e ainda um contrato de gestão, ela poderá ter direito-aos incentivos desde que esteja nos conformes da lei. As OS para cumprir os seus objetivos, recebe incentivo do poder público, verba pública que chegam as mãos das entidades, para realizarem os trabalhos com a sociedade, as instituição podemutilizar-se de agentes públicos da união, para trabalhar na organização social, mas os salários deles quempagam é a própria União, ou seja, somente a parte da gestão e administração é de responsabilidade das OS e os servidores de responsabilidade da união (SILVA, 2008).

2.3.3 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

São Pessoas Jurídicas, de direito privado formado por iniciativa de um determinado grupo de particulares, que através de contrato devidamente assinado e no mínimo três anos de constituição, recebem uma qualificação jurídica por meio de termos de parceria que atuam no desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado.

“As organizações da sociedade civil de interesse público foram criadas pela Lei nº 9.790, 23 de março de 1999, chamada de “Lei das OSCIPs” ou “Nova Lei do Terceiro Setor” cujo regulamento é o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Efetivamente, foi criado um título denominado OSCIP concedido às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, quando estas atenderem a determinados requisitos legais.” (VIOLIN, 2015, p.250 e 251).

A pessoa jurídica para ser uma OSCIP tem que ter desde a criação do Estatuto Social da entidade deverá estar de acordo com a Lei das OSCIPs e depois de aprovado e registrado, fazer o pedido permanente no Ministério da Justiça, em seguida assinar o termo de parceria junto ao órgão competente descrito em lei, as atividadesque forem executadas, deve apresentar ao poder público, a cada termino do exercício, deve fazer relatório para prestar esclarecimento dos resultados alcançado juntamente as prestação de conta e dos gastos e receita realizada no final do períodotem que cumprir o prazo estipulado pelo estado, conforme lei vigente.

2.4 Diferenças da Contabilidade do Segundo e Terceiro setor

Vimos anteriormente que a Contabilidade tem sua divisão tanto civil como comercial. A Contabilidade civil tem em seu campo de atuação, as empresas sem finalidade lucrativa, como exemplo entidades terceiro setor e na Contabilidade comercial, as empresas que atuam nesse segmento, como um dos seus principais objetivos a obtenção de lucros, como exemplo entidades do segundo setor.

Com essa diferenciação no seu principal objetivo, veremos que na contabilidade também terão suas peculiaridades a serem seguidas e exigidas perante o fisco.

Contabilidade Civil; Utiliza-se da Contabilidade Civil as entidades paraestatais, que prestam serviço gratuito, reconhecido ou organizado pelo Estado e destinado a empresas privadas sem finalidade lucrativa. Regidas pela Lei nº 4.320/64 e também a Lei nº 9.790/99, tendo uma de suas peculiaridades na contabilidade e administração. Segue abaixo uma dessas diferenças na contabilidade:

“Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.” **(Contabilidade Civil – Lei nº 9.790/99 § 1º)**

Conforme descrito nesta lei, as entidades que compõem o terceiro setor não podem utilizar-se do superávit que a entidade gerou, para distribuição entre os sócios, administradores ou seus gestores, ficando o saldo positivo do exercício para ser investido na própria entidade.

Contabilidade Comercial; Utiliza-se da contabilidade comercial, as entidades privadas, com a finalidade de obter lucro ao constituí-la.

“O ramo da contabilidade aplicado ao estudo e ao controle do patrimônio das empresas comerciais, com o fim de oferecer informações sobre sua posição e variações, bem como sobre o resultado decorrente da atividade mercantil” **(IUDÍCIBUS, et al., 2010, p.5).**

Tendo como pilar a mensuração e controle do patrimônio das empresas comerciais, demonstrando para os usuários envolvidos as informações contábeis. Essas entidades como todas as outras também têm suas peculiaridades que regidas sobre a Lei Nº 6.404/76 e Lei Nº 10.406/2002.

“Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.” (CÓDIGO CIVIL, LEI Nº 10.406/ 2002, art. 1.007).w2q

Ou seja, os lucros ou prejuízos obtidos no exercício serão distribuídos entre os sócios, atentando ao percentual estipulados em seu contrato social, não obedecendo a lei o sócio ou administrador poderá responder solidariamente.

Veremos na Tabela 1. Algumas diferenças das obrigações fiscais, legais e trabalhistas das empresas segundo e terceiro setor.

EMPRESAS PRIVADAS	EMPRESAS CIVIS
Obrigações Legais Societárias	
Contrato Social	Estatuto Social
Livro Diário (NBC)	Livro Diário (LC)
_____	Livro Razão (LC)
DRE(Lei 6.404/76)	DRE (Lei 6.404/76)
Obrigações Fiscais	
DIRF	DIRF
IRRF	IRRF
ECD - Escrituração Contábil Digital	_____
EFD – Contribuições	_____
Obrigações Legal Estaduais	
Escrituração Livros	_____
Sintegra	_____
ICMS	_____
EFD- Escrituração Fiscal Digital	_____
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	

GPS	GPS
CAGED	CAGED
RAIS	RAIS
Contribuição Sindical	Contribuição Sindical
Livro de Registros e Inspeção	Livro de Registros e Inspeção

Tabela 1 – Diferenças de Obrigações Assessorias
Fonte: www.portaldecontabilidade.com.br/temáticas/obrigações.htm e
<http://www.portaltributario.com.br/artigos/tributacaoong.htm>

A Tabela 2. Demonstra algumas diferenças nas obrigações legais, fiscais e trabalhistas destas duas entidades, vemos que as entidades civis são isentas de emitirem algumas declarações sendo elas anuais ou mensais perante o fisco, independentemente deste benefício as entidades que formam o terceiro setor (Instituto Ação Verde) são fiscalizadas pelo Ministério Público, e são obrigadas a prestar contas do dinheiro investido no serviço social pela qual a entidade tem como objeto.

CARACTERÍSTICAS	
TERCEIRO SETOR (OSCIP)	EMPRESAS COMERCIAIS
Superávit/Déficit	Lucros/Prejuízos
Sem fins Lucrativos	Com finalidade Lucrativa
Proibição de distribuição dos Superávit	Com distribuição dos lucros
Prestação Contas ao Ministério Público	Prestação Contas ao Sócio/ADM
Estar constituída a mínimo 3 anos para receber qualificação	Contrato Tempo Indeterminado
Qualificação de 5 anos, podendo ser renovado	É Constituído PJ a partir Contrato Social diferido na Junta Comercial
Ter finalidade Social	Ter finalidade Comercial

Tabela 2 - Características das OSCIP's e Empresas Comerciais
Fonte: Código Civil, Lei N° 10.406/ 2002, e Lei nº 9.979/99

A tabela 2 traz algumas peculiaridades em cada uma dessas entidades, do lado esquerdo contam algumas características das entidades do terceiro

setor (OSCIP) que em seu Balanço Patrimonial após apuração do resultado do exercício terá como nomenclatura o Superávit ou Déficit, tendo superávit essas entidades estão proibidas de distribuir os resultados positivos entre os sócios ou dividendos. Para se enquadrar na qualificação de OSCIP essa entidade deverá ter no mínimo 3 (três) anos de constituição, após o deferimento do pedido junto ao Ministério da Justiça, podendo ser renovado após 5 (cinco) anos de seu deferimento, outra característica e ter a finalidade social. Do lado direito temos as empresas comerciais que diferente das OSCIP's após a apuração do resultado terá em seu balanço patrimonial terá como nomenclatura o Lucro ou Prejuízo, após a sua apuração tendo saldo positivo poderá ser distribuído entre os sócios e dividendos conforme descrito em Lei. A prestação de contas é voltada para a administração, sua constituição se dá através do contrato social registrado na Junta Comercial, tendo prazo indeterminado e sua principal finalidade e obter lucros.

3 TERCEIRO SETOR SOB O ASPECTO ECONÔMICO E AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO AÇÃO VERDE - MT

O Instituto Ação Verde é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, ela tem como objetivos contribuir para o equilíbrio ambiental e social e vem trabalhando no fomento através de certificações junto ao setor produtivo em Mato Grosso. Foi criado em 2007 tendo o seu primeiro projeto Verde Rio divulgado em 2008. Sua principal atuação é a recuperação e preservação das áreas desmatadas e degradadas nas margens dos rios, riachos e mananciais do Estado de Mato Grosso. Vários ataques de ONG's internacionais que criticavam o sistema produtivo do Estado, fez assim surgir a Instituto Ação Verde.

INSTITUIÇÃO AÇÃO VERDE – MT					
D	Promover o equilíbrio entre o meio ambiente, o bem-estar social e a atividade produtiva de Mato Grosso, atuando no fomento, implementação e certificação de ações do setor produtivo.	V	Ser reconhecida nacionalmente como referência na promoção do equilíbrio socioambiental e no fomento da sustentabilidade, junto aos diferentes setores produtivos da sociedade.	V	Credibilidade, Parceria, Trabalho em Equipe, Multidisciplinaridade, Equilíbrio-sócioambiental, Respeito ao meio ambiente e Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 1 - Diretrizes, Visão e Valores do Instituto Ação Verde - MT
Fonte: ação verde (2016).

O trabalho feito por essa entidade é de suma importância para sociedade, vem incentivando e demonstrando o cuidado com o reflorestamento nas margens dos rios e outras áreas degradadas que necessitam de recuperação e prevenção. Ela trabalha com três projetos no Estado de Mato Grosso, sendo projeto Verde Rio, Educação Verde e Águas para o Futuro.

O Projeto Verde Rio tem o apoio do Ministério Público e a Secretária de Estado de Meio Ambiente, que com vários profissionais formados e capacitados atuam no diagnóstico de várias áreas em recuperar e preservar 100% das matas e rios detectados e diagnosticados em Mato Grosso, trazendo benefícios não só aos ecossistemas locais, mas também à população, contribuindo para recuperação e proteção. Esse projeto visa promover o controle das poluições em nossos rios, e para que no futuro, a nossa geração detenham também desse bem precioso que é natureza.

PROJETO VERDE RIO	
OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO
Recuperar e preservar as áreas degradadas urbanas do município de Cuiabá, reflorestamento e preservação da Bacia do Rio Cuiabá.	Identificar, mapear, monitorar por imagens de satélite com verificação in loco, através da elaboração dos relatórios de monitoramento.

Quadro 2 - Projetos Verde Rio Instituto Ação Verde - MT
Fonte: ação verde (2016).

Com um projeto tão grandioso, vemos que um dos impasses que esse Instituto tem para a realização dos seus projetos é a escassez de recursos recebidos pelas entidades do segundo setor. O Instituto não vive somente de recursos públicos, mas também de recursos de empresas privadas. Esse projeto está previsto ser realizado até 2020 tendo sendo dividido em várias etapas com foco Rio Cuiabá e bacia do Rio Cuiabá.

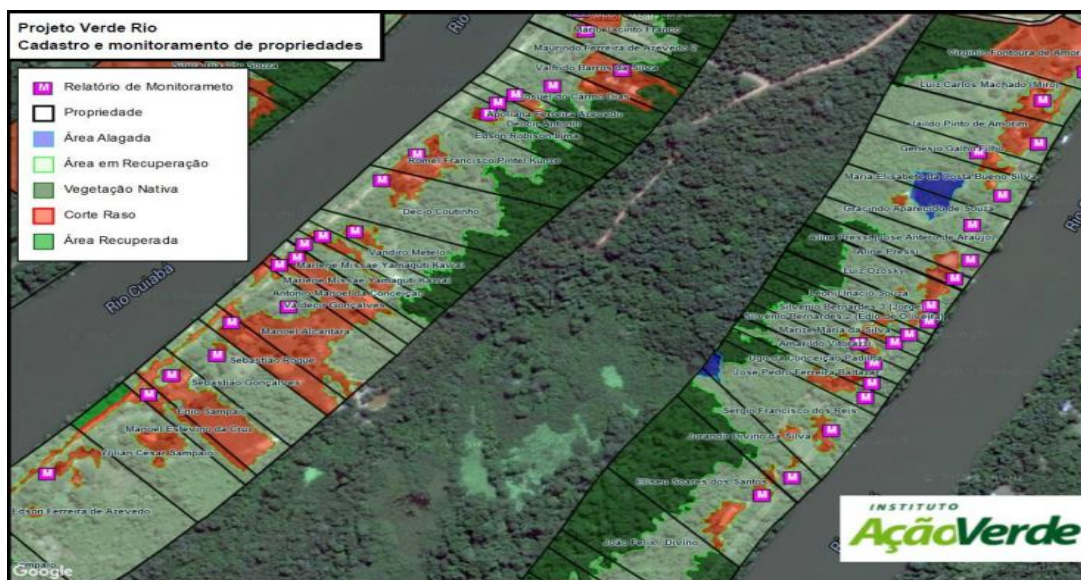


Figura 1 – Fragmento da área mapeada e monitorada na comunidade Barranco Alto.
Fonte: ação verde (2015)

Na figura 1 analisamos através de relatos junto ao Analista Ambiental responsável por dar um parecer aos financiadores desse Projeto (Verde Rio), são utilizadas como coleta de dados às imagens via satélite, com base em imagens de alta resolução espacial, que possibilita a identificação dos estoques florestais, como é identificado pelo Instituto Ação Verde, das áreas prejudicadas e degradadas juntamente com localização de cada propriedade ribeirinha dentro da região de intervalo do projeto. De acordo com a figura, tem uma área de cerca de 600 hectares, sendo 55 hectares de áreas alagáveis, cerca de 200 hectares estão em processo de recuperação, 225 hectares é de vegetação nativa preservada, 30 hectares de área recuperada por intervenção direta ou indireta do projeto e 90 hectares de áreas de uso antrópico consolidado.

4 COLETA DE DADOS

Método de coleta de dados utilizado para elaboração do presente artigo, também com base nos relatos do Analista Ambiental no dia 20 de Outubro de 2016. Prestador de serviço junto ao instituto estudo de caso, através de questionamentos voltados ao projeto Verde Rio, com perguntas abertas, fechadas. No Instituto Ação Verde de MT, onde foi avaliado o aspecto econômico e sócio ambiental das ações efetivadas a partir dos projetos sociais disponibilizados pela entidade. O estudo tem como base a pesquisa através de métodos quantitativos, onde permite analisar o Projeto Rio Verde, abordando o terceiro setor como um suporte do estado no auxílio atendimento das demandas com relação sociedade e meio ambiente.

Analisar as origens e aplicação dos recursos entidade filantrópica Instituto Ação Verde – MT, onde os recursos que o Instituto recebem através do estado e as doações das empresas privadas. Sendo o mesmo, se dividem para sociedade em forma de benefícios para população. Descrevendo a complexidade do problema utilizado, somente dados demonstrativos para detectar os aspectos característicos ao tema. Por meio da demonstração do balanço patrimonial anual, que foi disponibilizado pelo Instituto Ação Verde, a onde foram analisados os recursos recebidos, custos e despesas com os serviços prestado no Projetos Verde Rio.

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, sites, fotos, documentos patrimoniais da entidade de estudo.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Abaixo será apresentada a análise e interpretação dos recursos recebidos e das despesas executadas com Projeto Verde Rio, os quadros apresentado a seguir referem-se à demonstração Contábil do Projeto Verde Rio, que está relacionado ao nosso problema de pesquisa e objetivo geral, com base nessa demonstração iremos à conclusão do artigo.

Na tabela a seguir veremos o montante de recursos recebidos por essa instituição anos de 2013 a 2015, com dados coletados através de seu Balanço.

BALANÇO PATRIMONIAL						
CONTAS	2013		2014		2015	
CONTAS SINTE- TICAS	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ativo Circulante	131.277,19	94,10	75.369,21	91,78	154.630,69	95,81
Ativo não Circulan- te	8.229,89	5,90	6.746,52	8,22	6.754,08	4,19
TOTAL ATIVO	139.507,08	100%	82.115,73	100%	161.384,77	100%
Passivo Circulante	5.116,99	3,67	40.134,40	48,88	75.863,34	47,01
Passivo não Circu- lante	-					
TOTAL PASSIVO	139.507,08	100%	82.115,73	100%	161.384,77	100%
Superávit Acumu- lado	374.311,85	268,31	498.228,07	606,74	613.544,29	380,17
(-) Déficit Acumu- lados	197.191,17	141,35	423.725,56	516,01	423.725,56	262,56
Ajuste dif. Da transferência p/ Ano Novo	32.496,61	23,29	32.521,18	39,60	34.376,03	21,30
Superávit do Exer- cício	-	-	-	-	69.921,27	43,33
TOTAL PATRI- MÔNIO LÍQUIDO	144.624,07	103,67	41.981,33	51,12	85.521,43	52,99

Tabela 3 – Balanço Patrimonial do período 2013 a 2015
Fonte: ação verde 2013 a 2015).

A tabela 1 está demonstrando o Balanço Patrimonial ano de 2013, 2014 e 2015, analisando a conta do ativo circulante nesse período de tempo, teve uma variação positiva de 17% em relação ao ano de 2013 esse aumento teve impacto no ativo não circulante que teve uma variação negativa na mesma proporção. Na conta passivo circulante analisamos uma crescente proporção em relação ao seu total no ano de 2013 o passivo circulante representava 3,67% do total passivo, em 2014 subiu para 48,88% e teve uma queda em 2015 ficando em 47%. Já o patrimônio líquido do Instituto Ação Verde teve uma queda de 70% em relação a 2013 e 2014 que se deu pelo aumento do passivo circulante e dos prejuízos acumulados, porém em 2015 teve um aumento em seu Patrimônio de aproximadamente 103% comprado com o ano anterior

ORIGENS RECURSOS						
DESCRIÇÃO	2013	AV%	2014	AV%	2015	AV%
RECURSOS EMPRESAS COMERCIAIS	R\$ -		R\$ -		R\$ 453.993,87	60,59%
RECURSOS PUBLICOS	R\$ 2.868.423,13	100%	R\$ -		R\$ 295.333,14	39,41%
TOTAL ANNUAL	R\$ 2.868.423,13	100%	R\$ -	0%	R\$ 749.327,01	100%

Tabela 4 – Instituto Ação Verde - MT
Fonte: Balanço Patrimonial Ação Verde (2013 a 2015).

Analisando o quadro4, vemos que no ano de 2013 o Instituto Ação Verde recebeu aproximadamente R\$2.868.423,13 (Dois Milhões Oitocentos e Sessenta e Oito Mil Quatrocentos e Vinte e três reais e treze centavos) conforme análise no Balanço Patrimonial para serem aplicados em projetos sociais, já em 2014 o instituto não recebeu recurso algum, e nem de empresas privadas (segundo setor), e no ano de 2015o instituto teve uma diversidade em seus recebimentos num montante de R\$ 749.327,01 (Setecentos e Quarenta e Nove Mil Trezentos e Vinte e Sete reais e Um Centavo), sendo 60.59% recursos empresas comerciais e 39,41% de recurso públicos, apesar da diversidade de arrecadação teve uma queda de 73,91% de recursos financeiros.Em análise as suas demonstrações contábeis verificamos o quanto foi investido em seu projeto Verde Rio que teve início em 2009.

DESPESAS COM PROJETO VERDE RIO			
DESCRIÇÃO	ANO 2013 %	ANO 2014 %	ANO 2015 %
Aquisição de Imobilizado	6%	0%	0%
Obrigações Tributárias	5%	9%	1,50%
Manutenção com Viveiros	11%	1%	4%
Despesas com Pessoal	65%	2%	2%
Despesas Administrativas Financeiras	5%	0.50%	1%

Tabela 5–Despesas com Projeto Verde Rio
Fonte: Balanço Patrimonial Ação Verde (2013 a 2015).

Tabela 5 está relacionando as despesas do exercício referente ao projeto Verde Rio do Instituto Ação Verde, analisamos que no ano de 2013 o institu-

to fez uma aquisição de imobilizado de 6% do montante de recursos recebidos, e nos demais anos não foram feitos nenhuma aquisição. Já as obrigações tributárias no ano de 2013 representava 5%, em 2014 teve um aumento de 80% em relação ao ano anterior, já em 2015 teve uma queda de grande proporção chegando a 83% em relação ao ano anterior. Analisando todas essas despesas podemos dizer que de 2013 a 2015 as despesas sofreram grandes quedas, pelo fato do projeto já estar em fase de acompanhamento e não mais na fase de execução.

Veja a relação de saída mensal das mudas no viveiro de produção de mudas de espécies florestais em VG na tabela a seguir:

SAÍDA DE MUDAS		
Mês	2014	2015
Janeiro	2.864	3.540
Fevereiro	5.156	1.706
Marco	3.774	4.667
Abril	1.023	5.206
Mai	3.110	3.990
Junho	2.801	5.468
Julho	446	2.791
Agosto	1.400	3.086
Setembro	1.884	2.720
Outubro	1.376	3.231
Novembro	3.885	9.397
Dezembro	1.353	998
Total	29.072	46.800

Tabela 6 – Saídas de mudas do viveiro de Várzea Grande - MT
Fonte: ação verde (2016)

Como pode ser observado na tabela acima, observa-se uma reflexão da ampliação e do sucesso das atividades do IAV (Instituto Ação Verde) no ano de 2015 na ampliação da saída de mudas do viveiro florestal. A saída de muda foi do ano de 2015 quase o dobro do ano anterior. As mudas são produzidas em um ambiente específico criada através de parcerias como exemplo a EMPAER (Empresa Mato-grossense de pesquisa, assistência e extensão rural), dentro do Estado de Mato-Grosso, localizado em Várzea Grande e no viveiro florestal do Instituto Ação Verde instalado no parque florestal de Sinop – MT em parce-

ria com a prefeitura Municipal. As mudas formadas nestes viveiros são distribuídas para todo o estado para amparar projetos voltados ao meio ambiente e tendo como essência a restauração da vegetação dentro do perímetro estadual, e com o intuito de manter os cuidados com os recursos hídricos e a arborização urbana.

Abaixo demonstraremos um projeto social prestado pela entidade do estudo de caso.

5.1 Projeto Social Educação Verde

O Instituto Ação Verde, desde a sua fundação traz um processo de educação ambiental como um pilar de atuação da OSCIP, buscando sempre adequar suas atividades técnicas, em processo pedagógico com envolvimento das comunidades de maneira participativa atuando em escola, creches e eventos. Buscando adquirir pratica sustentável e redução no impacto ambiental dando qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O projeto social tem programa de educação ambiental “Educação Verde” surge com o objetivo de trabalhar temas relacionados com a educação ambiental no habitat escolar, tendo em vista o potencial de aprendizado destas crianças quando o trabalho pedagógico é feito com atividades práticas, trabalhando conceitos teóricos de forma dinâmica e divertida e o quanto isto pode impactar diretamente na manutenção dos recursos naturais da nossa futura geração. Conscientizando que cada árvore plantada, deixamos estímulo e a expectativa para crianças como será seu desenvolvimento, fazendo que as mesmas contribuam com os cuidados de manutenção e se sintam responsável pela arborização da escola e com consequência da cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu uma análise das origens e aplicações dos recursos da entidade estudo de caso (Instituto Ação Verde) que é uma OSCIP, e como esse projeto tem um impacto tanto social como ambiental para a sociedade. Além de contribuir para uma análise mais crítica vol-

tada para o bem social e ambiental, com os recursos utilizados foram de grande relevância para a aprendizagem e consciência de sua existência.

De modo geral, o projeto Verde Rio, demonstrou o quanto tem interesse em preservar as áreas prejudicadas e degradadas dentro do município de Cuiabá e reflorestamento das Bacias Mato-grossenses, com apenas alguns anos de existência esse projeto já gerou alguns frutos positivos, mas ainda possuem algumas dificuldades em relação à captação recursos, e uma das causa é a falta de divulgação de seu projeto, para que as empresas comerciais possam contribuir ainda mais para a alavancagem desse trabalho que é de extrema importância, pois seus frutos serão colhidos no futuro.

O Instituto Ação Verde demonstrou através do projeto Verde Rio como é aplicado e obtido os recursos para a execução do projeto em estudo. Partindo dessa premissa conseguimos alcançar os objetivos definidos, apesar se ser uma entidade sem finalidade lucrativa o resultado obtido não tem valor mensurável, como analisado o projeto tinha como estudo 600 hectares catalogados dentre suas diversidades em matas, áreas alagadas foram recuperadas por intervenção direta ou indireta do projeto. Com poucos anos de existência já podemos ver os frutos positivos dessa iniciativa de particulares, através das análises podemos dizer o quanto esse projeto é viável.

A entrevista com o analista Ambiental responsável pelo Projeto Verde Rio, conseguimos visualizar através das imagens via satélite disponibilizado pelo Instituto Ação Verde os chamados estoques florestais detectaram as áreas degradadas que foram recuperadas. Com essa informação foi possível fazer um planejamento para atuarem nos locais onde não apresentavam algum tipo de mata florestal.

Com a utilização dos documentos fornecidos pelo Instituto Ação Verde, conseguimos quantificar e apresentar em tabelas a quantidade de mudas que foram utilizadas entre 2014 e 2015, aproximadamente 75 mil mudas que já foram disponibilizadas para subsidio e arborização urbana e recuperação das áreas degradadas, isso graças a uma parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Conseguimos através dos documentos identificarmos ações específicas de práticas sustentáveis, que é feito com a sociedade com intuito de adequar suas atividades técnicas em processos pedagógicos com intervenção participativa, com ajuda da comunidade escolar conseguiram desenvolver a arborização escolar, implantação de hortas escolares, produção de mudas de espécie florestais dentre outras.

Em meio a tantas coisas boas que o Instituto oferece através de seus projetos, identificamos após análise em uma das suas demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial) algumas dificuldades que o Instituto enfrenta na obtenção de financiamentos para as atividades ambientais e sociais.

Os livros e sites forneceram uma concretização no conhecimento sobre como cada um dos setores (Estado, Privado e terceiro setor) foram criados e seus principais objetivos, sendo econômico social e ambiental. Através desses índices podemos qualificar cada entidade formada dentro desses setores e sua importância para que os direitos sociais não fiquem somente no papel, mas que de fato sejam concretizados.

Dada à importância do Projeto Social feito pelo Instituto Ação Verde, torna-se necessário que as entidades formadoras dos demais setores olhem com olhar mais criterioso e que vejam o grande impacto positivo que esse projeto causa a sociedade e meio ambiente, e que não será somente um determinado grupo que se beneficiara desse bem, mas todas as gerações. Que a falta de captação de recursos não sejam mais um dos problemas enfrentados por essa entidade, que esses trabalhos possam ser mais divulgados e que a falta de informação ou conhecimento de trabalhos sérios como esse, seja findado.

Considera-se, portanto com base na utilização demonstrações Contábeis que o Instituto Ação Verde através do projeto Verde Rio teve como forma de financiamento maior parte de captação de recursos públicos e suas aplicações foram através da catalogação via satélite das áreas degradadas na região Bacia Rio Cuiabá e através dessa análise foi possível estarem atuando no reflorestamento das margens dos rios, e também atuaram com o social através do programa de Educação Ambiental que promove a sensibilização da população com os processos de educação ambiental e fomenta agentes capazes de

planejar e executar ações socioambientais em seu ambiente de trabalho, motivando assim a geração futura para a construção de práticas que visam à sustentabilidade ambiental.

6.1 Sugestões Para Artigos Futuros

Ampliar o estudo para aspecto social e a análise pelos projetos do instituto.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Mariângela Franco de et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil: Estratégia de captação de recursos para organizações sem fins lucrativo.** 2ª Ed. São Paulo: Futura, 2002.

PIETRO, Maria Sylva Zanella. **Direito administrativo.** 25ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDES, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade tributária: Entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas.** S/Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

SILVA, Maria das Graças Bigal Barboza da; SILVA, Ana Maria Viegas da. **Terceiro setor gestão das entidades sociais: ONG – OSCIP – OS.** S/Ed. Belo Horizonte: 2008.

VIOLIN, Tarso Cabral. **Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração pública: Uma análise crítica.** 3ª Ed. Belo Horizonte, 2015.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006. **Lei Complementar nº 123/2006.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Lcp/Lcp123.htm. Acesso em 04 abril 2016.

BRASIL, **Código civil, lei nº 10.406/ 2002, e Lei nº 9.790/99.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em 10 outubro 2016.

BRASIL, **Diferenças de Obrigações Assessorias.** Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/temáticas/obrigações.htm> e <http://www.portaltributario.com.br/artigos/tributacaoong.htm>. Acesso em 25 outubro 2016.

INSTITUTO AÇÃO VERDE, 2016. **Diretrizes.** Disponível em <http://www.acaoverde.org.br/textos.php?secao=diretrizes>. Acesso em 01 abril 2016.